



Partido dos Trabalhadores
SECRETARIA SINDICAL NACIONAL

Debate
das divergências
entre
os petistas
no
4º CONCUR

03.05.91 - São Paulo

APRESENTAÇÃO

Este debate, realizado em 03 de maio de 1991, inscreve-se no esforço que a Secretaria Sindical Nacional ora realiza no sentido de pontuar e esclarecer as divergências entre as teses petistas ao 4º CONCURTO, visando subsidiar um debate produtivo entre os dirigentes e militantes sindicais do PT na preparação do Congresso da CUT, condição necessária para quaisquer tentativas de unificação dos petistas no movimento sindical.

Devido à extensão do debate (cerca de 4 hs) foi necessário condensar as falas dos participantes mantendo-se, obviamente, os aspectos centrais de cada uma.

As discussões entre esses dirigentes sindicais, representando as tendências do PT prosseguem, sempre em busca do objetivo maior que é a unidade partidária.

Deputado Luiz Gushiken
Secretário Sindical Nacional do PT

PARTICIPANTES

Luiz Gushiken - Secretário Sindical Nacional

Antonio Carlos de Andrade - membro da Executiva Nacional da CUT. Representante da "Força Socialista".

Célia Regina Barbosa Ramos - membro da Executiva da CUT Regional/Gde. S.Paulo. Representante da "Convergência Socialista".

Francisco Chagas - membro da Executiva da CUT Regional/Gde. S.Paulo. Representante da "Vertente Socialista".

Gilmar Carneiro dos Santos - membro da Executiva Nacional da CUT e representante da "Articulação".

Julio Turra - membro da Executiva da CUT Estadual/SP. Representante de "O Trabalho".

Jurandir Damin - do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Representante da "Nova Esquerda".

Paulo Scromov - da Federação Interest. dos Trabalhadores nas Indústrias do Couro. Representante do "Movimento por uma Tendência Marxista".

Pedro Alcântara Moreira - do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT (DNTE/CUT) e da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA). Representante da "Democracia Socialista".

EXPEDIENTE

Publicação da Secretaria Sindical Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052 - CEP: 01203 - São Paulo/SP - fone: (011) 223-7999
Colaboração: José Rocha Cunha e Paulo Bezerra

INTRODUÇÃO

LUIZ GUSHIKEN- A idéia desta reunião foi desenvolvida depois de um longo debate junto aos companheiros da Executiva do partido.

É sabido que no movimento sindical os petistas têm tido enorme dificuldade para uma atuação unificada. É isto está levando a um desgaste, está levando a um conflito que às vezes supera as divergências reais, criando um clima muito ruim.

Havia na Executiva basicamente 2 idéias: Uma, que o companheiro Lula defendia, é que devíamos fazer um encontro de sindicalistas deliberativo; e outra idéia era de fazer foruns com dirigentes, representando as diversas tendências, sem caráter deliberativo. Vingou a idéia de realizar foruns com representantes de tendências. Estes foruns cumprem o objetivo básico de, primeiro, discutir sem caráter deliberativo, portanto com o espírito mais aberto ao debate, ao diálogo. Discutir as divergências reais, significa dizer com isso, a definição das divergências e de uma certa hierarquia dessas divergências.

Com uma rodada inicial, discutiremos o tema "expectativas em relação ao CONCURT". Acabada essa rodada nós entramos no 2º ponto: "divergências". Abre-se a palavra e a gente discute mais profundamente. Resolvido esse tema, nós passaremos para o outro tema: "continuidade".

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CONCURT

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE- Companheiros, desde a fundação da CUT nós temos um debate crucial: qual é o projeto da Central Unica dos Trabalhadores? Qual é o papel de uma central sindical numa conjuntura em que fomos vítimas de uma herança maldita, de 50 anos de CLT, do modelo corporativista e fascista?

Todas as correntes têm colocado essa expectativa. E após 8 anos o debate continua vivo.

A CUT ainda se encontra em um processo de construção. Ela expressa a própria transição conquistada pelos trabalhadores rumo à nova estrutura sindical.

Ainda não fomos capazes de romper com o modelo corporativista. Não conseguimos implantar verdadeiramente a democracia sindical. A nossa pregação sindical é economicista. Os sindicatos em geral não se preocupam com os demais aspectos das pautas de reivindicações dos trabalhadores além da salarial.

Não somos capazes de fazer um debate no sindicato sobre as questões que afligem a mulher trabalhadora, questões relacionadas ao meio ambiente, etc. Os nossos sindicatos não conseguem ainda representar os setores que trabalham na economia informal, que em nosso país são cerca de 50 milhões vivendo de biscates e de atividades fora da vida sindical.

O desafio maior nesse 4º Congresso, é consolidar uma estrutura, romper com esse corporativismo inerente à nossa ação sindical, buscar uma radical transformação na relação entre as instâncias de nossa Central e os sindicatos filiados. Os sindicatos têm que ser parte constitutiva da Central no seu cotidiano.

JULIO TURRA- O CONCURT vai se reunir num momento em que todas as indicações apontam para uma crise ainda mais aprofundada do governo Collor. É um governo que, em pouco mais de 1 ano, não disse ao que veio, do ponto de vista das grandes demandas sociais que estão reprimidas em nosso país. A CUT é a central hegemônica no movimento operário brasileiro, reunindo no seu interior o conjunto das forças que se reivindicam do movimento dos trabalhadores, à exceção do MR-8. E no conjunto da sociedade tem uma posição chave, estratégica.

O 4º Congresso da CUT deve se firmar como um instrumento de luta fundamental para derrotar o governo Collor. Estamos entrando no período de preparação da greve geral. Haverá muitas lições e o Congresso vai ter que se debruçar sobre elas.

O Congresso da CUT vai estar confrontado com problemas institucionais. A burguesia fala em antecipar o referendun da Constituição; a discussão do parlamentarismo, a questão do governo, do poder, vai ser um assunto central. Não que a CUT deva ocupar o lugar do partido político, mas ela deve expressar que tipo de proposta o movimento sindical independente, combativo, apresenta para tirar o país do sufoco.

Em segundo lugar, acho que é um Congresso que deve resgatar a democracia na CUT. Esse é o aspecto que mais me preocupa, pelos antecedentes.

A polarização muitas vezes exagerada, exacerbada, das divergências entre as diversas correntes da Central (diga-se de passagem, não se pode colocar um sinal de igual entre as correntes que intervêm na Central e as tendências do PT. Não é a mesma coisa. A Articulação Sindical, por exemplo, não é a Articulação do PT. Ela envolve companheiros de outros partidos), fechando parentesis, há uma

exacerbação da discussão, que cria um clima de guerra antes do Congresso. Citaria como exemplo as eleições bancárias em São Paulo e no Rio. Muitas vezes colocamos acima das necessidades de unificação de um polo combativo classista para enfrentar os problemas da conjuntura, a disputa pelo aparelho sindical.

O desafio que está colocado para o Congresso é reafirmar a CUT como uma central independente, classista e comprometida com uma luta para a transformação radical da sociedade na via do socialismo, sem que isso seja uma declaração de fé, mas um norte estratégico que alimenta o nosso trabalho cotidiano na CUT, rejeitando certas concepções sindicais que têm vindo a tona no último período e particularmente após a queda do Muro de Berlim, que em nome da modernização da atividade sindical, buscam transformar os sindicatos senão em órgãos de colaboração, pelo menos em órgãos de formulação de políticas alternativas para os governos que estão aí.

FRANCISCO CHAGAS- Gostaria de começar esta curta exposição parabenizando esta iniciativa da Secretaria Sindical Nacional. A derrocada final dos modelos decorrentes de uma concepção de organização do partido e do Estado, e de socialismo traz reflexos significativos para a nossa vida aqui no Brasil. A CUT conseguiu, em 8 anos, se afirmar como alternativa sindical para os trabalhadores brasileiros, sem ter, contudo, se consolidado enquanto um projeto definido de central sindical. E esse desafio nós achamos que a CUT tem que enfrentar.

A CUT não conseguiu nesse período superar a velha estrutura, e não é um problema meramente decorrente da não substituição da forma econômico-financeira da sua sustentação. Nós ainda estamos envolvidos em uma cultura sindical com mais de 50 anos. A entrada na CUT do PC, PC do B, e outros partidos remete à preocupação para os petistas de manter a CUT no campo da independência de classe.

Achamos que a CUT deve se afirmar enquanto alternativa para os trabalhadores, enfrentando os nossos principais inimigos no movimento, a Força Sindical e a velha cultura pelega. Além disso, temos que ser capazes de formulação política que nos coloque acima do patamar da luta meramente reivindicativa, economicista. Acho que a CUT tem um papel importante na estratégia de transformação radical da sociedade brasileira, no sentido da organização do embrião de um novo poder, socialista. Deve assumir de frente uma luta contra os principais pilares de sustentação do regime político no Brasil. O monopólio dos meios de comunicação de massa e deve-se abrir um flanco de luta tanto no campo institucional, como no sentido da criação de alternativas que rompam com a legalidade estabelecida.

A CUT deve enfrentar o problema das forças armadas no Brasil. Existe uma tradição, até uma cultura no nosso meio, de violência, institucionalizada ou não, e nós precisamos ter uma iniciativa no sentido de lutar pela superação do atual papel das forças armadas. Entendemos que os partidos devem ter sua autonomia na formulação política, e apresentar para a sociedade e para o movimento social, mas achamos também que a CUT, deve com autonomia se apresentar e ser interlocutora das instituições da sociedade, dos partidos. Então, é um papel diferenciado e no nosso ponto de vista, qualitativamente superior para o movimento sindical que a CUT pode e deve assumir a partir do seu 4º Congresso.

JURANDIR DAMIN- Nós estamos vivendo uma conjuntura que traz alguns desafios além daqueles que nós tínhamos há alguns anos atrás. Esse movimento a nível internacional deve trazer novos desafios para a esquerda no Brasil e aprofundar um debate acerca das concepções que tem orientado muitas das nossas ações através desses anos. E a nível nacional, a implantação do projeto neo-liberal também traz situações de aprofundamento da miserabilidade dos trabalhadores.

Temos uma expectativa de que a partir desse debate possa surgir uma síntese superior que coloque para os trabalhadores e para a sociedade em geral pontos concretos que visem enfrentar essa situação.

Não podemos conceber uma central na pequenez do ser contra tudo. Temos que trabalhar uma central que seja contra mas que também seja a favor. Nesse sentido afirmativo do apontamento de políticas que enfrentem essa situação. Desenvolver uma posição acerca do Estado brasileiro também é tarefa da central sindical. Temos que tratar a ação do sindicalismo cutista dentro de uma globalidade, desde a cultura, a saúde, até a questão do salário. Vivemos em um país onde uma boa parcela de trabalhadores está fora da condição de cidadania.

Temos que aprofundar a democracia nas instâncias internas da CUT e nos sindicatos cutistas, na relação entre direção e base, entre os dirigentes e suas categorias. Se não houver o aprofundamento da compreensão de que ninguém é dono da verdade, mas que todos têm uma colaboração a dar, se não houver isso inclusive nesse debate pré-congressual, não vamos sair com uma síntese superior.

PAULO SCROMOV- Eu quero saudar essa atividade e espero que ela seja tocada continuamente, mesmo após o período do Congresso.

Para nós, petistas, está colocado um desafio desde a fundação do nosso partido que é a construção de foruns, desde a base, que possibilitem a nossa unidade dentro da nossa diversidade.

Mesmo com a diversificação do leque partidário da CUT eu acredito que a militância petista não corre

o risco de perder a posição hegemônica na Central nesse Congresso. Isso nos dá um tempo, mas nos alerta com relação à necessidade de encaminhar a construção desses foruns para orientar e articular a intervenção dos petistas na área sindical.

Espero que a CUT, antes de tudo, assuma algumas características importantíssimas que ela tem. Temos muito a dizer, e a dialogar com o movimento operário internacional. Assumir isto é importante porque há uma certa atitude de colonizado, de muitos companheiros, petistas e cutistas, de achar que não ganhamos as eleições no segundo turno porque precisa mudar radicalmente, refundar o partido.

A fórmula original que propiciou essa coisa extraordinária, de reunir trabalhadores urbanos e rurais em uma única Central, é um traço de uma importância extraordinária. Podíamos, ao contrário de recuar para trabalhadores sindicalizados, avançar muito mais, para trabalhadores desempregados, quem sabe, que tem muito mais a ver com a realidade social do nosso país.

Com relação ao papel estratégico da Central. Eu não vejo a existência de uma visão de CUT-partido, pelo menos como algo considerável.

Acho que tínhamos que assumir antes de mais nada uma relação correta com as entidades sindicais existentes, quando estamos pretendendo hoje um nível de organização, de comissões de fábrica, que não está acontecendo. Tínhamos que resolver as questões mais concretas e partir para a organização a nível de local de trabalho, como base da estruturação própria horizontal da Central.

Temos que ter uma hegemonia na CUT que tenha clareza em relação à questão do Estado. Não se pode vacilar em relação à natureza de classe, opressora e exploradora do Estado. Nós não temos nenhum compromisso em trabalhar pela governabilidade. Não ter vacilação em relação a Collor, como não tivemos em relação ao regime militar, como não tivemos em relação a Sarney. Eu acho que há um grau de vacilação.

Acho que é um ano em que há uma certa deserção em relação à mobilização sistemática pela via das instâncias cutistas.

Como Central que efetivamente é sindical, tem que, sobretudo, assumir a luta salarial que hoje não é uma luta econômica. Vejo economicismo nas lutas em torno de salário quando se dão por categoria. Mas a nível de ampla confrontação, isso é uma batalha que quem perder sai em desvantagem estratégica para a sequência dos acontecimentos políticos no país.

GILMAR CARNEIRO- Nesse Congresso da CUT deverão participar 1.500 entidades sindicais, 2.500 delegados de todo o Brasil isso representa, no mínimo 36 mil dirigentes sindicais, e se considerarmos cipeiros, comissões de empresas e delegados sindicais, dá mais de 70 mil dirigentes sindicais em todo o território nacional.

Isso mostra a responsabilidade do Partido em ter uma contribuição mais orgânica no movimento sindical, principalmente quando esse 4º Congresso da CUT, além de reunir os companheiros do PDT, PSB, setores do PSDB e mesmo do PMDB, vai ter a participação do PC do B, e a quase totalidade do PCB. Isso mostra que aquele objetivo estratégico que delineamos quando fomos construir a CUT - que ela fosse uma central de classe e que ela procurasse ser única enquanto classe - nós conseguimos.

A gente fica contente quando vai ao 1º de maio e encontra os companheiros do PC do B e do PC. A mesma euforia, no mesmo palanque, com a mesma bandeira da CUT. Mas quem viu os boletins e os jornais, tanto do PC quanto do PC do B, se lembra o que esses companheiros diziam. E nós profetizamos, dentro da análise internacional, que nós tínhamos feito a unidade, construindo a Central, e que a direita criaria outras centrais. E eles criaram, 3 ou 4 centrais. E nós criamos a primeira. e somos a única, enquanto central de classe. Isso é importante restabelecer para a história do movimento sindical e do próprio Partido.

Esse Congresso vai se realizar em São Paulo, que tem uma prefeitura petista e uma prefeita que foi sindicalista e teve papel importante no movimento sindical e popular. Infelizmente, na preparação dos congressos muitas vezes tem sido mais fácil negociar com Brizola ou Newton Cardoso, do que com a prefeitura do PT. É um alerta a todas as prefeituras do PT.

Outro dado é o fato de após o Congresso da CUT se realiza o Congresso do PT. A maioria dos parlamentares do PT vem de origem sindical, e o debate na CUT antecede o debate do Partido. Mesmo porque as tendências que atuam no PT muitas vezes confundem o espaço da Central com o espaço do Partido. Agora, com a presença orgânica do PC e PC do B, temos um processo de aprendizagem da militância, que o espaço do sindicato e da Central, vai ser um espaço pluralista e portanto tem que superar esse cachimbo que deixa a boca torta.

Nós do movimento sindical temos condições de contribuir para que a gente possa superar aquele trauma da nossa sociedade que teve medo de ser feliz. Teve muito petista que na reta final ficou com medo: "se ganharmos, como é que vamos administrar essa geringonça toda, se as nossas prefeituras, não estamos dando conta direito?" Tem 4 milhões por mês de boletins da CUT. Temos condições de contribuir para o trabalhador tomar mais consciência de classe, para não só ganharmos as eleições presidenciais de 94, como também para governar o país, do ponto de vista socialista. Isso tudo levando em consideração que o V Congresso da CUT vai ser em 94, no ano das eleições presidenciais.

Os sindicalistas que são petistas têm uma grande responsabilidade de contribuir para ganharmos o máximo de prefeituras, fazer grandes bancadas de vereadores e, não só eleger o Lula Presidente.

Temos que fazer o debate dos projetos. O projeto neo-liberal do Collor, projeto mundial do FMI, da

burguesia internacional, e como nós vamos fazer um projeto socialista democrático. E no Brasil temos contribuições muito grandes, porque é ímpar essa experiência da Central, como também é ímpar a experiência do Partido, um Partido de classe, mas ao mesmo tempo de massa.

CÉLIA REGINA- Eu considero que existe uma expectativa do conjunto da vanguarda trabalhadora brasileira, em especial dos militantes petistas que formam seguramente a maior parte dessa vanguarda brasileira, que atua nas lutas e que vem construindo o PT e também a CUT, que esse 4º CONCURTO venha a dar respostas para os problemas que afligem os trabalhadores, que venha dar resposta sobre o que acontece hoje no mundo, sobre o que acontece hoje no país. Porque o que os trabalhadores têm visto é que cresce terrivelmente o empobrecimento das massas e essa vanguarda se sente de certa maneira atônita nesse momento de se ver, tendo construído a CUT, tendo construído o PT, tendo chegado inclusive a quase eleger um presidente operário, hoje vê uma situação que apesar de todo esse crescimento cada vez mais estamos pior.

Acho que os problemas que enfrentamos são cada vez mais graves. Então, acredito que a principal expectativa é justamente neste sentido: Como nos armamos para enfrentar essa situação? Hoje a gente sente uma razoável dispersão dentro dessa vanguarda e dentro da própria CUT, sentindo até um certo enfraquecimento. Acredito que é assim que essa vanguarda vê que nós não temos conseguido dar respostas a esses problemas.

Acredito que a gente tem enormes desafios, e a realidade demonstra isso. Portanto responder qual é a nossa estratégia, qual é o nosso programa, é o que deve responder esse 4º CONCURTO. O que deve ser respondido também a nível de PT, que o Congresso do PT também vai enfrentar.

DIVERGÊNCIAS ENTRE AS TESES PETISTAS

ANTONIO CARLOS- Sem obedecer uma escala de prioridades, gostaria de começar situando algumas indagações e questionamentos em relação aos nossos companheiros da Articulação Sindical.

As orientações oriundas das análises dos órgãos de assessoria da CUT carecem, esta é uma primeira crítica, de uma visão mais plural. O DESEP, por exemplo, é constituído exclusivamente por companheiros identificados com a tendência Articulação. Este deve ser um ponto para a discussão no Congresso, sobre a constituição e funcionamento dos órgãos de assessoria.

Temos apenas indícios do que vou falar a seguir. Os companheiros da Articulação Sindical pensam que a CUT tem um papel na conjuntura principalmente voltado para o estabelecimento de um novo modelo de intervenção sindical, calcado sim na mobilização mas, neste momento, a Articulação aponta para a consolidação de uma central da ordem, institucional, que negocia, confiável ao governo, ao empresariado, capaz de estabelecer um processo de entendimento nacional, porque que lêem através da realidade presente que não é possível continuar com aqueles pressupostos originais de nossa Central, de buscar sempre o caminho da mobilização.

Em 90 foi um erro a desmarcação da greve geral, porque qualquer que fosse o tamanho daquele protesto, estaríamos colocando a classe trabalhadora no centro da conjuntura. Aí está um aspecto da incoerência da Articulação. A análise que se fazia sobre o projeto econômico de Collor já era por demais conhecida. No entanto, preferiu-se a desmarcação daquele protesto. A gente sabia que não seria uma greve geral nacional mas seria um momento importante para esse enfrentamento.

Um segundo episódio que reflete essa visão tática da Articulação Sindical, é a participação no malogrado entendimento nacional; um fórum destinado ao desarmamento dos nossos sindicatos num momento conjuntural importante.

E, por fim, queria destacar em nossas divergências com a Articulação Sindical, as relações internacionais de nossa Central. Não há relação sindical autônoma, quando a nossa Central ainda depende, em pelo menos 60%, de financiamentos do exterior. Estamos fazendo um esforço, reconheço isso nos companheiros da Articulação, em relação ao enfrentamento da questão financeira. No entanto, não é um esforço radical, de ruptura com essa nossa extrema dependência dos recursos oriundos principalmente das organizações sindicais internacionais ligadas à CIOSL. Isso trás um comprometimento para a nossa autonomia. Esse aspecto deverá ser tratado com muito maturidade, onde saibamos exatamente o que pretendem essas centrais com esse maciço apoio financeiro à CUT. Defendemos a manutenção da autonomia e independência da CUT em relação aos 3 segmentos mundiais do sindicalismo.

Por fim, tem outros pontos importantes de divergência com a tese da Articulação Sindical, que diz respeito ao funcionamento de nossas instâncias. O estatuto não é algo imutável. Normas que foram introduzidas no 2º e no 3º congressos da CUT devem ser imediatamente revistos. Acho que o pressuposto para alcançar a unidade entre as forças que atuam na CUT é que nós radicalizemos a questão democrática. Nós devemos implantar em todos os órgãos de direção da CUT o sistema

colegiado, deixar de ter a postura isolacionista em relação às forças minoritárias, agregá-las ao trabalho de construção da Central.

Temos diferenças também com concepções defendidas pela CUT pela Base, por O Trabalho e outras, mas reconhecemos que o debate com a Articulação é da maior importância porque ela é a principal tendência no interior da CUT.

JULIO TURRA- O tema das divergências, dependendo de como a gente aborde, é infinito. Então, acho que devemos concentrar naquilo que é central.

Há uma divergência central que diz respeito à avaliação da situação do Brasil, da situação internacional e de quais responsabilidades estariam depositadas nos ombros do PT. Existem aqueles que identificam no processo desencadeado a partir da mobilização em massa no leste europeu uma situação desfavorável ao movimento operário e para a luta pelo socialismo e aqueles que passam a ressuscitar como fórmulas modernas aquilo que que é muito antigo no movimento operário, a idéia de que não é necessário uma ruptura radical com o Estado. Como diz uma palavra de ordem cunhada pela Articulação Sindical e que virou bandeira de campanha da CUT: "Lutamos por um desenvolvimento econômico com distribuição de renda". Há 2 anos isso era plataforma de candidato a vereador do PDS. Qualquer político da burguesia se apresenta em eleições dizendo isso. Transformar isso em eixo de intervenção da Central Sindical que na sua origem esteve marcada pelo anti-capitalismo, é uma mudança de curso, e para mim está relacionada com a questão internacional.

Os companheiros consideram que estamos num período em que nossos antigos aliados não existem mais e que é preciso reavaliarmos outras experiências que antes a gente desprezava. Só que essas outras experiências são o chamado socialismo institucional, social-democracia, que por sinal são os agrupamentos políticos que controlam a CIOSL. E por que a CUT não entra na CIOSL, para disputar a hegemonia? Como disputar a hegemonia numa Central que não tem nenhuma condição de democracia, que funciona na base do consenso, da corrupção econômica dos sindicatos?

Fiquei particularmente supreso quando estive no Chile e encontrei num jornal do PS chileno uma matéria sobre a reunião dos partidos de esquerda da América Latina com o PS francês, que resultou na carta endereçada ao Willy Brandt, Secretário da Internacional Socialista, assinada pelo Lula e pelo Marco Aurélio Garcia, ao lado de dirigentes do PS chileno, do M19 da Colômbia e da Frente Sandinista, solicitando que o PT fosse convidado a participar das reuniões regulares da Internacional Socialista.

Diante da crise dos PCs, a social-democracia é chamada a ocupar o primeiro plano na tarefa de controlar o movimento de massas. A ofensiva deles se dá exatamente sobre as organizações jovens, independentes, que se construíram numa linha de confronto com o imperialismo, com a burguesia, com os partidos tradicionais e traidores da classe operária. Ela quer controlar quem tem base, quem pode servir efetivamente como bloqueio. E eu acho que nós estamos sendo vítimas de uma ofensiva.

Quando a gente vira as costas, por exemplo, para a América Latina... parece que a síndrome do Collor, querer colocar o Brasil no primeiro mundo, começa a nos contaminar também. Há na América Latina um movimento na base que vê na CUT uma grande esperança. Devemos procurar articular em torno da América Latina e, a partir daí, nenhum "terceiro-mundismo", estabelecer relações com esse sindicalismo novo que surge no leste, que rompe com a tutela estatal na África, e o sindicalismo europeu, sem dúvida, mas a partir de uma definição programática e estratégica nossa.

Brasil. O que uma Central no Brasil deve fazer? Formular políticas alternativas? Está muito disso na base da questão do pacto social. A tese da Articulação, para embelezar a sua participação no pacto, chega a afirmar coisas que realmente são incríveis: "A CUT conseguiu transformar aquele fórum em espaço de negociação". "A participação da CUT no fórum de negociação ajudou no isolamento de Collor". São coisas que a realidade desmente.

Isso tem relação com o que queremos com a atual greve geral. Já se ouve dizer que essa greve geral de 48 horas é para conseguir condições de negociação. Negociar o quê? Ninguém é contra negociar salário, pauta de reivindicações com o governo. Outra coisa é negociar um projeto global de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Isso é fazer da CUT auxiliar, com tintura de esquerda, num projeto global de preservação do capitalismo no século XX. O neo-liberalismo não é outra coisa senão o retrato atual do imperialismo, parafraseando Lenin.

A divergência no terreno da democracia está ligada às divergências políticas, quer dizer, não há debate organizativo divorciado do debate político. Acho, por exemplo, que o monopólio que existe hoje na Secretaria de Relações Internacionais, com relação ao tipo de relação que estabelecemos, está ligado à política. Quais são as prioridades, com quem nós discutimos, com quem nós dialogamos....

FRANCISCO CHAGAS- Para nós o PT é o partido estratégico da revolução socialista no Brasil e nós atribuímos ao movimento sindical, conseqüente, cutista, um papel estrategicamente superior àquele que até então lhe tem sido atribuído pela maioria da esquerda ao nível internacional e no Brasil.

A outra coisa é em relação à crise do pensamento socialista internacional, à qual se referiu o

companheiro Julio Turra. Consideramos que o fato de ter crise não significa retrocesso do movimento socialista. Acho que essa é uma crise benéfica para uma reflexão mais profunda de nossa parte e a superação dessas experiências que foram desastrosas para o socialismo.

Quanto à unificação da militância petista, gostaria de lembrar que o PT já resolveu isso há 3 anos, nas resoluções do 5º Encontro. Baseados nisso, no 1º Encontro Sindical da Vertente Socialista, reafirmamos essa resolução do PT e resolvemos buscar no partido um esforço conjunto no sentido de unificar a militância petista, porque achamos que o PT precisa ser um partido dirigente, e até então nós não temos conseguido.

Se a gente for se ater às teses, eu não me sinto tão seguro dessa dificuldade tão grande na unificação da intervenção dos petistas. Lendo atentamente as teses petistas, nenhuma fala que a CUT deve romper com a independência de classe. Nenhuma afirma categorica ou disfarçadamente, que a CUT não deve ter autonomia em relação às instituições da sociedade. Todas afirmam que nós precisamos aprofundar a democracia interna. Então, penso que a tentativa de caracterização das forças petistas enquanto forças que caminham para o campo da conciliação e do pacto social, visa a dificultar a nossa unificação muito mais do que resolver os problemas que existem.

Eu não sou daqueles que está pressionado pelo fantasma da social-democracia. Existe a hipótese concreta de que a CUT caminhe para a burocratização, um problema que atinge todas as correntes e sindicatos cutistas. Não acredito que nenhuma força no PT esteja planejando, na calada da noite, essa derrocada da tradição, da esperança, que foi constituída com a fundação do PT e da CUT. Acredito que muitos erros foram cometidos. A não radicalização de um processo de democratização na CUT leva à possível burocratização ou distanciamento da verdadeira democracia sindical.

Hoje, às vésperas de um 4º CONCURT, não sei exatamente o que vai acontecer. Gostaria que não fosse um processo de conflitação tão grande ao ponto da gente não superar essas divergências. Então são 3 anos de resolução, companheiros, Quais foram as iniciativas? Nós, militantes das diversas tendências, e mesmo a direção do partido, estabelecemos métodos e mecanismos para conseguirmos aprofundar essa resolução? Penso que muitos acham até tranquilo ficar nessa geléia geral. Preferem filiar os militantes do movimento sindical primeiro à sua tendência para depois filiar ao Partido. Sou contra aquela visão de que o movimento sindical é o lugar em que nós reunimos a camada revolucionária do proletariado para impor de fora para dentro ao PT para salvá-lo da social-democracia.

Temos que construir uma cultura em que tenhamos a capacidade de conviver nessa diversidade. Porque no movimento social nós não podemos estabelecer o processo de unificação e de convivência fraterna entre nós? Temos divergências de concepção, mas nós temos o aprendizado de tratar isso de forma fraterna no partido. Acho que essa cultura partidária precisa ser transmitida também ao movimento sindical.

Para falar da questão das relações internacionais: acho impossível um congresso como o 4º CONCURT definir sobre estratégia nas relações internacionais, sendo que a questão das relações internacionais da CUT é do conhecimento de bem poucos.

O PT é um partido estratégico. Entendo também que ele tem um papel fundamental na condução da CUT a um papel estrategicamente superior. Nossa intervenção unificada capacita muito mais a CUT para enfrentar o desafio que ela hoje está enfrentando, o projeto neo-liberal, a necessidade dela de se colocar enquanto interlocutora na sociedade.

É preciso unificar os petistas já, sem nenhuma decisão burocrática. Basta ver quais são as diferenças, de fato. Que não vão se resolver nesse CONCURT, e talvez nem no Congresso do PT, mas vai ser um processo de construção da superação disso.

JURANDIR DAMIN- Bem, nós partimos da visão de que é preciso reavaliar algumas coisas na esquerda a partir dessas experiências históricas que estamos vivenciando.

Não vai armar a CUT para enfrentar a luta política no tipo de sociedade que nós temos a gente centrar unica e exclusivamente o trabalho da CUT em cima de movimentos de massa. Nós achamos que deverá ser uma central de movimentos, mas que saiba combinar luta e negociação. Negociação inclusive com os vários agentes sociais que atuam na busca da transformação social. Propondo medidas socializantes que se confrontem com as políticas implementadas pela burguesia, que apontem para a continuidade no futuro.

Nas teses tem um ponto central, que é a questão da negociação. O fato da CUT ter ido negociar com o governo naquele momento não significou traição e nem a intenção da CUT foi de ir ao pacto. Isso foi uma visão tática dos companheiros da Articulação. Por outro lado, achamos que não foi correto a negociação naquele momento. Porque ignora os agentes sociais; ignorou que aquilo não era um forum sério de negociação.

Entendemos que a questão do estatuto aprovado é uma questão não resolvida dentro da Central. Tem que ser bem resolvido esse ponto de pauta no CONCURT em relação ao funcionamento da CUT. E aí entra a questão da democracia relacionada com a proporcionalidade dentro da CUT. Porque a gente tem que ver a questão da proporcionalidade dentro da CUT como uma necessidade do sentido do fortalecimento da Central.

A CUT tem uma base muito grande nos serviço público. Existe aí uma discussão muito grande sobre

as estatais. Terá que haver um aprofundamento em relação a qual é a visão que a CUT tem com relação ao Estado. Se nós ficarmos com a visão de que esse Estado não presta para nada, qual é a atuação política da Central? É no sentido da ruptura? A ruptura do Estado é o que nós defendemos na atual conjuntura? É essa a posição que a Central vai adotar depois desse Congresso? Ou ela vai propor mudanças juntamente com os outros atores sociais do campo da esquerda, com os partidos, com os movimentos populares ecológicos, do negro, da mulher? Nós achamos que tem que avançar nesse sentido para armar nossa Central.

PAULO SCROMOV- O balanço desses anos, desde o Congresso de Minas, tem dois momentos: um, que é de avanço da Central, expresso na greve geral de 14 e 15 de março de 89 e na eleição presidencial, para não falar naquele processo que resultou em vitória no final de 88, em municípios importantes. E eu quero registrar uma concordância com o Gilmar: nós não fizemos o balanço, adequado, da experiência Lula-lá.

Por outro lado, coincide com um momento de grande defensiva das forças socialistas a nível internacional. Eu acho que há uma pressão, uma guerra ideológica violentíssima sobre a esquerda e nós não estávamos preparados. Como dizia Mercadante, algumas certezas pareciam fortes e se revelaram frágeis.

Nesse segundo momento temos que registrar que há uma ruptura com a tradição da CUT, de independência de classe. Agora, não é definitiva não. Não estamos dando de barato que a CUT passou-se para o campo da classe dominante ou que está social-democratizada. Essa questão da social-democratização no Brasil, acho quem melhor definiu foi o Delfim Netto num artigo há 1 ano e meio, 2 anos atrás. Disse, "olha, se há alguém que pode surgir como social-democrata no Brasil, assim mesmo é pouco provável, pela inexistência de uma aristocracia operária, é o PT". Não há social-democracia no PDT nem no PSDB, efetivamente. O problema não é isso. Existe uma política reformista. Existe uma política revolucionária. Existe uma política que acha que os homens se dividem entre homens de boa vontade e má vontade. Isso é um fato, está presente dentro da CUT e do PT. Hoje nós temos definições de correntes internas do PT que definem o PT enquanto partido de toda a sociedade. Tem que haver um compromisso a fim de que nesse processo de Congresso prevaleça o debate de idéias, não fidelidades abstratas, com base em trocas, visando o controle desse ou daquele aparelho. Porque, bem disse o companheiro Jurandir, ninguém tem todas as certezas, ninguém tem todas as respostas. Não tem nenhuma tese aqui que seja capaz, sozinha, de armar politicamente a Central para encarar os desafios que estão colocados.

Existem ambiguidades profundas na tese da Articulação, e eu falo da tese da Articulação porque provavelmente será a tese-guia e caberá a nós alterá-la, democraticamente.

Há um balanço defensivista, não admitindo coisa alguma, nenhum erro, proclamando a excelência da política praticada, inclusive no último período. Eu acho que há uma distinção, depois de Collor ou antes de Collor, até a eleição de Lula e depois. Esses compromissos com o PNBE, se não me engano assinados por Força Sindical, tudo isso gera uma condição de questionamento. Essa visão direto de 89 para 94, querendo congelar. O Lula diz assim: "cuidado, os que estão muito afoitos a 94, nós vamos ter 92". Nós acrescentaríamos: "nós vamos ter 92 e muita coisa antes de 92". Tudo bem, é válido você prever perspectivas em relação ao calendário institucional da burguesia. Outra coisa é se amarrar a isso de uma maneira burra, e eu acho que está acontecendo. Naquela ânsia de fazer propostas afirmativas, de governabilidade, se propõe, mais uma vez, o apoio à política anti-inflacionária.

Eu acho que nós temos que, antes de tudo, defender salário, sobretudo no momento em que a questão crucial salarial é o grande desafio da conjuntura. E não é desafio economicista. Nós temos que defender aberta, descaradamente, a indexação dos salários à inflação, a escala móvel de salário, uma bandeira histórica da Central, que foi abandonada. Eu não acho que tem sacanagem do Mercadante nesse negócio, mas nós acabamos oferecendo elementos de saída para a burguesia, com a discussão da cesta básica. Nós temos que ser menos ingênuos também nessa questão.

Quércia está colocando aí: "O errado é Collor - viva Quércia". De certa maneira estamos concordando com ele. Nós dizemos: "O errado é Collor, viva Lula". Para nós, socialistas, que somos por uma sociedade sem exploradores, o errado é a própria existência do governo, do Estado. Não é tanto de agitação, concordo. Mas temos que ir mais além. A perspectiva de 94 tem que ser colocada com uma profundidade que é diferente da dos partidos burgueses.

Conferência do Meio Ambiente: nós devemos impulsionar, mas com um caráter nitidamente paralelo e oposto àquela atividade, porque o tema da defesa da ecologia está sendo usado na luta contra os trabalhadores rurais.

Questão do estatuto. Há uma emenda que propõe a extinção ou esvaziamento, secundarização, da instância horizontal das regionais. Isso aí é inaceitável. O tal art. 4º, que tá se propondo agregar aí, eu acho que é uma peça de autoritarismo. Nós temos que ver isso melhor.

A questão da democracia implica o direito à proporcionalidade nas executivas. No entanto, esse direito na CUT é apenas formal. O cara é eleito para a Executiva com 10% mas depois fica ministro sem pasta. Não tem secretaria, fica marginalizado, só participa de reunião. Precisamos encarar isso e ver como fica agora, com os outros partidos.

E o internacionalismo. Nós tínhamos que abrir o diálogo. Como não havia esse diálogo, nós preferimos ficar na posição mais conservadora a respeito desse assunto. Mas nós achamos que o papel da CUT a nível internacional deve ser extremamente valorizado. Nós temos condições inclusive de colocar em xeque todas essas centrais, apelando para uma política de unidade que questione a tradição ruim das 3 centrais. Não entrar no jogo de que a CMT está dando dinheiro para a Força Sindical e por isso nós temos que nos agarrar também a um aparelho desses aí.

Quer dizer, dinheiro, vamos pegar, mas não vamos nos atrelar, não vamos nos amarrar, botar camisa de força.

GILMAR CARNEIRO- Na CUT hoje atuam militantes de 6 ou 7 partidos legalizados e, ao mesmo tempo, temos por volta de 17 tendências do PT atuando autonomamente dentro da Central.

O problema é sério porque está afetando o cotidiano do movimento sindical brasileiro nas eleições sindicais, da mesma forma que afeta a própria discussão do Partido sobre as coligações. Vemos grandes companheiros do Partido que deixam de se eleger porque um outro partido coligado pega um número pequeno de votos e elege, da mesma forma, uma tendência apresenta múltiplos candidatos, enquanto a outra tendência apresenta um candidato só e altera a correlação dentro do Partido. E eu concordo plenamente com as ponderações do Chagas e do Jurandir, de que nós devemos construir essa orientação de unidade partidária dentro do movimento sindical, porque a unidade não se impõe, ela se constrói

Agora, é importante também debater as questões mais estratégicas da Central, que vão estar sendo discutidas nesse Congresso.

A primeira delas que, de forma camuflada ou não, volta à tona é a questão da concepção da Central. Volta, embora tenha sido superada de certa forma no 3º CONCUT aquela visão de que a CUT era um poder partidário revolucionário, para fazer insurreição e tomar o poder da burguesia, num espontaneísmo romântico até. A concepção que amadureceu no 3º CONCUT se mostrou correta quando dissemos, por exemplo, "participam do Congresso as entidades filiadas e não todo o movimento sindical". Isso foi um salto de qualidade infinito para a vida da Central. Primeiro porque fez com que muitos dirigentes sindicais fossem obrigados a ter uma relação política, orgânica, com a Central, filiar-se à Central, discutir politicamente com ela e acatar as suas decisões políticas.

Em segundo lugar, criou condições de dar maior estrutura administrativa e política para a Central. Muita gente que privilegiava o assistencialismo foi obrigada a também distribuir recursos de sua entidade para a central sindical. A Central se estruturou enquanto entidade de massa a nível nacional. A gente vinha de uma situação onde o sindicato era maior mas hoje, sem dúvida, a Central é maior do que os sindicatos. Esse crescimento foi consequência tanto da sua estruturação orgânica e também da sua autoridade política perante a sociedade, e mostra que a concepção da Articulação, que no 3º Congresso era a tese 10 e que nesse Congresso é a tese 13 (até uma associação simpática com o Partido) caminha no sentido correto.

Outra coisa que é importante é a concepção de democracia e de ética dentro do Partido. Para nós a democracia é democracia de massa, ouvir o clamor do povo. Porque tem muitos companheiros que acham que a democracia é a democracia do casuísmo. Tem que ser democrático quando é minoria, e quando vira maioria vira autoritário, transforma o jornal do sindicato no jornal da tendência, devolve diretor para a base, demite diretor, dá porrada em diretor porque não é da mesma tendência.

A esquerda tem que fazer um debate profundo sobre a questão da ética. Uma tendência do Partido, que está legalizada, quando coloca outra tendência do mesmo partido como inimiga principal, mais que a burguesia, tem alguma coisa errada com o Partido, que aceita uma tendência dessas. E nós temos documentos de sobra que provam a existência dessas críticas levianas e desonestas de vários companheiros, que, ainda bem, são minoria no Partido e na Central.

Outra questão que vai ser objeto de grande discussão no Congresso é a concepção de negociação e mobilização. Eu, particularmente, me sinto muito à vontade de discutir esse binômio porque além da experiência de vários anos de negociação com os banqueiros e empresários, a audiência com o Presidente das República no ano passado se deu no meio de uma greve nacional dos bancários, talvez a greve mais importante e mais vitoriosa que houve no primeiro ano do governo Collor. E em momento algum aquela negociação com o Presidente interferiu na dinâmica da greve.

Agora a questão do entendimento nacional, da negociação nacional. Muitos companheiros trabalharam aquela questão de má-fé, de forma desonesta. Em nenhum momento estava em debate ali o pacto social. Os companheiros reproduziram o discurso da burguesia e da grande imprensa. Isto sim, é má-fé. Agora, quando a CUT fez a sua reunião e a maioria deliberou que deveríamos participar da reunião de entendimento com a condição que levasse uma pauta de 13 pontos, aprovada na Plenária Nacional, os companheiros, em vez de estar mobilizando a base para pressionar o governo, os empresários, para avançar nas nossas reivindicações, estavam boicotando a negociação.

E aí o Jurandir está correto, quando diz que tem que dialogar com a sociedade. Mas para dialogar com a sociedade não precisamos abrir mão dos filiados, porque a greve é da totalidade da categoria, mas na hora de eleger a diretoria do sindicato quem elege são os associados. Nós queremos que a CUT fale para a sociedade. Um dos principais motivos que nos levou a participar daquela negociação era que a

CUT precisava mostrar para a sociedade que não existia apenas o projeto do Collor. Existia o projeto do 2º turno das eleições presidenciais.

Outro dado importante é a questão internacional. É muito curioso que muitos companheiros aqui, muitas vezes viajaram para o exterior a convite das centrais de outros países, desenvolveram atividades em seus sindicatos financiados por essas centrais (o que inclui o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, dirigido pelo PC do B, que mantém convênio com uma central sindical que vai se filiar à CIOSL, e vem de repente esconder a relação), sendo que muitas vezes quem critica esse debate internacional é até vinculado a centrais sindicais mais conservadoras do que a CIOSL. Dizer que houve pouco debate dentro da CUT sobre as relações internacionais não é verdade. Porque houve seminários e muitos dirigentes, da maioria das tendências que se contrapõem à Articulação, não compareceram. Há textos publicados sobre essas questões.

O que está em jogo não é CIOSL ou não CIOSL. É a nova composição mundial do ponto de vista político e econômico, e a questão da própria relação internacional. A FSM está em processo de diminuição profunda. A CMT é bastante pequena no cenário internacional e mesmo os nossos "aliados" históricos socialistas e comunistas, como os companheiros da Itália, vão se filiar à CIOSL este ano. A gente deve ter uma relação com as centrais sindicais européias e da América Latina, do 3º mundo, numa análise profunda de para onde caminha a economia internacional, sem significar abrir mão da perspectiva socialista. Nós, do Brasil, temos uma responsabilidade histórica internacional muito grande, de sinalizar que concepção de partido nós queremos ter no Brasil, que concepção de central sindical. Porque tanto o PT quanto a CUT são ímpares, do ponto de vista de suas características, de ação de massa e da sua visão de socialismo democrático. Nós temos condições de ter uma relação de igualdade e não de dependência econômica e política com os operários do primeiro mundo.

CÉLIA REGINA- Acho que a gente deve colocar bem claro quais são as principais necessidades que tem o movimento dos trabalhadores hoje no Brasil. Em primeiro lugar, depois da derrocada das ditaduras burocráticas no leste europeu, que foram vitórias fundamentais dos trabalhadores de lá, mas a partir da propaganda que o imperialismo vem fazendo desde então, os trabalhadores estão se perguntando se o socialismo morreu. Se morreu, que saída nós temos?

A outra grande questão é a própria situação do Brasil, que todo mundo reconhece que é cada vez mais miserável, que se empobrecem as massas cada vez mais, que nós lutamos durante todos esses anos e hoje temos aí um governo que ataca ainda mais violentamente o nível de vida, os salários, o emprego, e há uma recessão grande no país. E ainda não conseguimos fazer frente a esse governo e aos seus planos, nem impor um plano alternativo.

E a pergunta que surge entre os trabalhadores é: é possível derrotar esses planos e derrotar esse governo? O que nós colocamos é que, assim como em todo o mundo, aqui no Brasil temos como principal tarefa derrotar os planos do capitalismo de conjunto. O que nós temos que assumir como nossa estratégia, da Central Única dos Trabalhadores, é conseguir levar os trabalhadores a essa consciência e a lutar contra todas as misérias que o capitalismo traz, e são representadas por esse regime.

Existe também entre os trabalhadores um sentimento de que nós estamos atacando pouco; de que a CUT se enfraqueceu. E como pode ser isso, apesar dessa poderosa Central, vir de anos de vitórias, cuja prova mais cara e ponto culminante foi a derrota do Plano Verão, a partir da greve geral de 14 e 15 de março de 89? Como é que, tendo conseguido fazer as enormes mobilizações e participado de maneira ativa da campanha Lula Presidente, a gente chegue nessa situação em que vimos as nossas lutas desunificadas e respondendo, como Central, de maneira diferente da que nós respondíamos anteriormente?

Definir como estratégia da CUT que nós estamos pelas transformações revolucionárias, é dizer que não existe saída para os trabalhadores no marco do capitalismo. É por isso que o nosso campo privilegiado deve ser as lutas, utilizando as instituições como mecanismos para denúncia, para facilitar as nossas lutas, para ajudar a organizar, mas nesse marco.

Junto com uma estratégia bem clara, temos que nos dotar de um programa alternativo a tudo que está aí: a organização da economia, passando pela estatização dos bancos, dos grandes monopólios, a luta pelo não pagamento da dívida externa. Sim, esse é o papel da CUT.

Polemizando fundamentalmente com as teses da Articulação, porque se trata da tendência majoritária na direção da CUT, que tem uma outra estratégia. Uma estratégia de realizar reformas nesse sistema. E mais do que isso, principalmente fazê-las a partir dessas mesmas instituições que vêm sofrendo um grande desgaste junto aos trabalhadores, não priorizando as lutas. É por essa razão que se desmarcou a greve geral do ano passado e se passa a privilegiar as negociações e que se vai à mesa do entendimento, que não era uma negociação. Dizer que é fazer coro ao que a burguesia dizia bem claro o que era aquilo. Os 13 pontos da CUT foram rechaçados de cara, mas ainda assim estava lá a CUT. Enquanto isso, houve uma série de derrotas, de greves que ficaram isoladas, a partir da desmarcação da greve geral de 12 de junho. Isso na verdade é a aplicação, de uma tática a partir de quem tem como estratégia as reformas por dentro das instituições.

Para terminar, o problema dos estatutos da CUT. Para que a gente vá de fato evoluindo no sentido de

definir qual é a nossa estratégia, e trabalharmos todos para ela, nós devemos ter o máximo de democracia dentro da CUT. Já houve retrocesso na democracia da CUT no Congresso passado, e agora, infelizmente, se apresentam novas alterações que aprofundam o controle e a falta de democracia.

Por fim, o que nós deixamos como conclusão é que a gente construa uma nova direção para a CUT.

PEDRO ALVARENGA- A disputa global que se deu nas eleições presidenciais em 89, a greve geral que a precedeu, colocando um novo patamar de enfrentamento do movimento operário e da burguesia no Brasil, colocou naquele momento a exigência de que todos os setores oposicionistas ao projeto neoliberal, entendessem-se. Certamente os efeitos de uma derrota como a que tivemos, traduziram-se para o movimento operário num certo desânimo. No entanto, para o período que nós estamos analisando do governo Collor, isso não é verdade. Do ponto de vista de mobilização da classe trabalhadora não podemos afirmar que houve em nenhum momento uma quebra da espinha dorsal do movimento operário. Ao contrário, há um crescimento muito significativo de greves e mobilizações.

Há uma primeira divergência na avaliação da CUT. Na Plenária de Belo Horizonte, em agosto de 90, aparece uma visão que coloca que o movimento a nível mundial e a nível nacional se encontra na defensiva, e é preciso requalificar a nossa ação política em função disso. Eu acho que há equívoco nessa formulação. A ofensiva neo-liberal existe, mas tem problemas, e particularmente no Brasil enfrenta imensos problemas, o que está sendo demonstrado pela incapacidade do governo de implementar a sua política.

Existe um espaço de disputa que obriga a burguesia a trabalhar, para ter uma presença de apoio junto à sua classe, ganhar a institucionalidade para o seu projeto e, mais que isso, derrotar, dominar de alguma forma o movimento operário. E aí é que se coloca o projeto Magri. Ainda que o projeto Magri, na sua forma original esteja derrotado. O projeto Medeiros não. Eu acho que esse é um dos pontos principais que a CUT deve avaliar. Ao não globalizar as lutas, não centralizar uma ofensiva, abriu espaço significativo para a criação e fortalecimento da Força Sindical. O fato dela desmarcar a greve geral do ano passado no momento em que isso se colocava de uma forma decisiva, provocou uma desmobilização bastante grande, não no sentido das categorias se desmobilizarem, mas da própria possibilidade de se perder, se diluir, todo o potencial de mobilização que estava havendo. A formulação do Gilmar, citando a possibilidade de negociação e ainda fazer uma greve dos bancários, talvez a que teve mais vitórias no período, é até um demonstrativo dessa fragilidade; uma categoria específica pode ter vitórias mas, de conjunto, o movimento operário perdeu.

Não é o caso de opor negociação e não negociação. A questão que estava sendo colocada naquele momento era a prioridade de uma mobilização global do movimento operário, para dar respostas a um ofensiva do governo. A importância de que a CUT tenha um caráter transformador, revolucionário, é dada pela própria ação globalizante que ela pode dar à luta do movimento operário.

Também não podemos contrapor democracia de massa, versus democracia de qualquer outro tipo. Estamos falando de democracia, uma cultura própria do movimento operário que temos que desenvolver. Jogar por terra toda a cultura criada pelo título V da CLT, de sindicalismo autoritário, e contemplar a diversidade. A diversidade de partidos dentro da Central é um dado de realidade que devemos incorporar no nosso pensamento para concretizar propostas que tenham na democracia o poder de garantir que toda essa diversidade se expresse de forma plena. A questão da proporcionalidade na direção, que o próprio PT já traduz na sua vivência do dia-a-dia, tem que ser traduzida também para a concepção de Central que queremos construir. Acho que a experiência dos bancários nesse sentido, em São Paulo, não é uma boa experiência.

Por fim, a questão do internacionalismo. Há um processo de recomposição mundial do movimento operário, e nisso é importante a CUT intervir. Agora, como está colocado na tese da Articulação Sindical, apontando para alguma coisa em torno da CIOSL, me parece problemático. Em que pese os enormes debates havidos em Cajamar, em vários textos, não acho que isso é um debate bastante massivo como coloca o Gilmar. Agora, que é necessário uma intervenção, jogar o peso da CUT a nível do movimento internacional, isso é claro e inequívoco e eu acho que deveríamos partir particularmente da América Latina. Tentar aglutinar os setores classistas e combativos da América Latina, construindo pelo menos aqui o enfrentamento dessa unificação de bloco, de mercados, e a proposta do Bush de unificação da América.

DEBATE DAS DIVERGÊNCIAS E CONTINUIDADE

LUIZ GUSHIKEN- Nesta terceira fase, queria introduzir uma questão que, se possível, seja respondida pelos companheiros:

A regra central que a gente procura difundir como determinante nas relações políticas é a chamada disputa de idéias: cada um coloca suas idéias, e vai para o embate.

As idéias são expressas por palavras e por comportamentos que, por sua vez, são eivadas de sentimentos, alguns perversos, mal-intencionados e desrespeitosos, colocando um problema em xeque

que é a chamada solidariedade. Todos os textos políticos, sejam do PT como da CUT, afirmam com insistência que é preciso ser solidário, quase como uma condição para o exercício de uma relação saudável.

No meu entendimento a solidariedade, entendida como expressão da relação entre indivíduos, é dependente de duas atitudes: a crítica e o elogio de forma simultânea. Quem não for capaz de exercitar essas duas esferas de uma relação política, não só tem uma visão absolutista das coisas, como degenera essa relação, que poderia ser solidária, numa relação de desconfiança, de intolerância. O exercício da crítica e do elogio, esses dois pólos simultâneos, não me parece ser uma coisa comum entre os membros do Partido. Ninguém elogia, só critica. Eu acho que isso é uma perversão do mundo relativo, é uma incompreensão da natureza e, vou mais longe ainda, acho que o exercício de uma relação entre pessoas dentro do campo da política implicaria em você compreender a desigualdade entre as pessoas. Isso quer dizer o seguinte: se você for criticar, ao mesmo tempo em que tem que ser implacável na crítica, tem de ser tolerante com a fraqueza humana, compreender a desigualdade que é inerente ao ser humano.

Não acho que basta idéias similares para resolvermos o problema da convivência política, porque a discussão é sobre o relacionamento do ser humano na sua totalidade. Como disse Paulo Scromov, temos bem-intencionados e mal-intencionados. Diria o seguinte: não existe só o bem e o mal. Todo mundo é, ao mesmo tempo, um pouco de bem-intencionado e mal-intencionado; sempre carrega essa dualidade. Por isso é que o exercício da crítica e do elogio é fundamental e o vejo como um elemento importante para discutir.

ANTONIO CARLOS- Quero começar pelas nossas próprias deficiências enquanto tendência no interior da Central. Nós fizemos 2 encontros nacionais para elaborar a nossa tese ao 4º CONCURTO, e chegamos à conclusão de que nós também praticamos o corporativismo nos sindicatos que dirigimos majoritariamente; que existe uma falta de democracia no cotidiano destes sindicatos; que fomos coniventes com a falta de iniciativa para o enfrentamento dos problemas que ocorrem nas instâncias da CUT; que a nossa militância ainda não compreendeu a importância de uma dedicação maior a essa tarefa de direção da CUT. A tese apresentada e muito defendida pelos companheiros da CUT pela Base, a respeito dessa nova experiência de direção colegiada nas organizações sindicais, assumimos plenamente, e achamos que vale a pena experimentar. Mas para isso a gente tem que levar em conta a intervenção do Gushiken e também do companheiro Paulo Scromov quando disse - e outros companheiros - que ninguém é dono da verdade, principalmente em se tratando da questão sindical.

Quero registrar uma divergência total com os companheiros de CUT pela Base, relacionada com essa compreensão do que seja uma central de trabalhadores ou uma central sindical de trabalhadores. Eu divirjo dos companheiros quando ainda mantêm em sua tese a idéia dos sindicatos independentes dos filiados, levando em consideração apenas a base sindical. Acho que o pressuposto para a construção de uma central sindical com as características da CUT é ter trabalhadores conscientemente filiados aos sindicatos.

Em relação aos companheiros da Convergência Socialista e de O trabalho, eu acho que devem repensar a visão movimentista que desenvolvem no interior do movimento sindical. Os companheiros vêm sempre a luta de classes favorável ao nosso lado. É muito difícil, principalmente a Convergência, O Trabalho menos, admitirem que existe correlação de forças desfavorável aos trabalhadores.

Quero também falar sobre os métodos e a relação no interior das direções dos sindicatos. Xingamentos e rótulos é um método muito destrutivo no interior do movimento sindical que temos que superar.

Os companheiros da Articulação Sindical tomaram a bandeira do chamado Contrato Coletivo de Trabalho, e estão fazendo dela o instrumento principal de intervenção de nossa Central. Acho que Contrato Coletivo, negociação, tudo o que estiver relacionado com o movimento dos trabalhadores é consequência de mobilização. Não tem que ter essa preocupação um pouco paranóica de conquista a qualquer preço do Contrato Coletivo de Trabalho.

Gushiken, eu queria fazer referência à sua fala. De fato, companheiro, existe no interior do nosso movimento esta autofagia. Falta de tolerância, e essa cultura sindical simplista que traz muitos danos. Aliás, oportunidades como essa são exceções na nossa vida sindical. Então, eu faço votos de que a gente continue, e possamos fazer debates mais amplos no interior do Partido em todo o país.

FRANCISCO CHAGAS- Todos esses pontos que foram colocados no nosso debate denotam uma divergência no tratamento, na visão e na realização prática da condução dessas proposições e dessas políticas que já estão bem definidas no interior da CUT, por seus congressos anteriores.

Na questão do balanço nós trabalhamos com a visão crítica da postura da direção da CUT, da corrente majoritária da CUT, e também do PT, mas, ao mesmo tempo, não os consideramos enquanto um setor que está ameaçando o declínio, a capitulação e o comprometimento da nossa Central com os interesses da classe dominante. Nós estamos trabalhando com a idéia de ruptura com o maniqueísmo em nossas relações.

Em relação à questão de estratégia, nós queremos dizer que não há, na nossa visão, um retorno à velha polêmica da relação partido/sindicato. Queremos reafirmar e aprofundar a visão de autonomia

que o Partido, as escolas políticas, devem ter em relação umas às outras, seja no movimento sindical, seja nos partidos políticos. E, nesse sentido, achamos que a CUT cumpre um papel qualitativamente diferenciado do partido político, mas não deve se reger, de forma direta ou indireta, pela orientação dos partidos. É a CUT, nos seus foruns democráticos que deve decidir. E sem ter uma visão autonomista de que os partidos não devem intervir. Podem e devem.

Qual é o saldo de nossa organização depois de 8 anos de construção da CUT? Quantas comissões de fábrica, nós temos organizadas hoje em empresas de forma autônoma? Quantas comissões sindicais de base nós temos? Eu acho que isso é falta de iniciativa no sentido da democratização da Central, do Partido, com base na sociedade, com base nas categorias. Eu concordo com o Gilmar que nós devemos privilegiar a democracia das massas, mas essa relação não pode ser autoritária ou descolada da democracia das relações internas. Temos que dar o exemplo. Então nossas relações internas devem primar pela mais absoluta democracia. Nós achamos também, a exemplo do companheiro Toninho, que a CUT deve adotar o critério de proporcionalidade em todas as instâncias e em todas as entidades filiadas. Deve adotar o critério das direções colegiadas, da revogabilidade de mandato, da rotatividade nos cargos, como forma de aprofundar a relação de democracia interna da Central. É isso que nós adotamos nas entidades onde nós estamos atuando. Eu acho que na base de tudo isso está a visão de estratégia e de revolução. Alguns companheiros acham que a partir do momento em que eles tomarem o poder de Estado começam a construir as relações socialistas. Até então....

Para concluir, e ainda nesse ponto, em relação às relações de solidariedade, nós achamos que estamos realmente eivados por uma cultura autoritária. A esquerda precisa se desvincular desses grilhões da cultura autoritária, maniqueísta, que um só tem a verdade.

Acredito que não constrói uma alternativa socialista a manutenção dessa cultura de ausência de solidariedade, de uma visão maniqueísta, dessa luta fatricida que impossibilita que a gente trate temas com uma certa tranquilidade na pluralidade.

A gente deve tratar da consequênciadesse debate. Ele é positivo e deve ser alimentado. Eu acho que Secretaria Sindical deveria propor a todas as secretarias sindicais a promoção de encontros estaduais, com todos os delegados petistas que saíram para os congressos estaduais das CUT e fazer essa reflexão que nós estamos fazendo aqui. E realizemos também um Encontro Nacional com os delegados petistas que irão ao 4º Congresso e fazermos essa reflexão. Nós vamos conhecendo as nossas divergências de fato e vamos ver qual é o nosso grau de tolerância no tratamento dessas divergências. Eu acho que o fracionamento não favorece seguramente o campo mais consequente de construção da CUT. Sabemos que o PC do B tem instigado diversas tendências dentro da CUT, consultando com quem cada uma vai fazer alianças, fomentando a divisão entre nós. Eu acho que essa estratégia beneficia seguramente outros partidos que não o PT e que, inclusive, não gozam da mesma trajetória e tradição de independência de classe.

JULIO TURRA- Entrando nessa fase eu registro que o Gilmar está devendo uma resposta à afirmação que ele fez na imprensa, que o Paulo Scromov cobrou, de que sem entendimento nacional é o caos social, e a convulsão social, coisa do estilo. É uma questão central para o Congresso e para o nosso debate aqui. Eu afirmo categoricamente que não há entendimento possível, nem desejável, com o governo Collor de Mello, e que a CUT, como parte importante do movimento de oposição a Collor, deve ser a vanguarda desse processo de desestabilização do governo, política e socialmente, e a greve geral joga um papel nesse sentido. Isolá-lo diante das massas populares e oprimidas do Brasil...

LUIZ GUSHIKEN- Eu gostaria que você desse forma e função para o que você chama de entendimento. Era bom que a gente precisasse bastante para facilitar as divergências. Não ficar em cima do nome.

JULIO TURRA- Entendimento significa chegar a um "modus vivendi" com o governo, reconhecendo a sua capacidade de governar no marco de um acordo global.

Somos radicalmente contra isso. O que não quer dizer não negociar com o governo. Se vocês pegarem o último jornal do SINDSEF, dirigido pelos companheiros que sustentam a nossa tese, a manchete é a negociação imediata com o governo, em cima da pauta de reivindicações dos servidores públicos, porque o governo é o patrão do servidor público. Não é uma saída global para o país. A nossa saída global para o país é oposta à permanência de Collor no poder.

A segunda questão é a democracia, que tem muito a ver com isso que o Gushi levantou: qual é o grau de confiança recíproca, abertura para discussão, que existe entre nós. Para mim aí tem uma questão que é material, Gushi. Está acima das vontades. O Congresso da CUT é um processo, que começa na assembléia de base. Entretanto, há uma questão polêmica na CUT, que é a seguinte: Se há ou não proporcionalidade para eleger delegado na assembléia de base para o Congresso da CUT. Essa questão foi levantada mais uma vez e por um companheiro da Articulação do Rio Grande do Sul. Bom, não tem proporcionalidade. Cada sindicato resolve por conta própria, porque senão nós estamos ferindo a autonomia do sindicato. Curiosa autonomia. O sindicato não é autônomo para marcar assembléia, não é autônomo para fixar o "quorum", mas tem autonomia para dizer se vai ter proporcionalidade ou

não para eleger delegado. É ou não é de acordo com a conveniência de cada um. É o tipo de mecanismo que não tem lógica política, que não tem relação com as outras instâncias da CUT, e que só se sustenta com base na desconfiança.

Para mim sindicato tem que ser sindicato. Nós podemos ter diferentes concepções estratégicas e estamos no mesmo sindicato. Você tendo concepções estratégicas diferentes, é impossível você continuar no mesmo partido. O sindicato não. É um instrumento de frente única. Como é que se elege delegados para o Congresso Nacional da CUT? Nos congressos Estaduais, com base nas tendências. Qualquer sindicalista que for independente, o sindicato dele filiado à CUT, não tem nenhuma garantia de estar representado no Congresso Nacional. Tem que ter 10% dos votos para estar no Congresso Nacional. Então, nós negamos o direito de uma entidade sindical, filiada à CUT, estar representada na sua instância máxima de decisão. Ela tem que passar por um funil, por uma seleção política. Estar nessa corrente, x,y,z, para poder se fazer representar no Congresso Nacional. Porque o cara é obrigado a se alinhar, queira ou não.

LUIZ GUSHIKEN- Quer dizer então que essa estrutura vale para o partido? Partido tem que funcionar assim?

JULIO TURRA- O Partido tem que ter unidade programática, de estratégia. E ele pode funcionar de formas indiretas. Aí não está em questão a filiação individual do militante ao Partido. A central sindical associa sindicatos.

A CUT representa entidades filiadas, e ponto. E o critério para auferir a representação do sindicato é o número de filiados. A democracia é inevitável, o pluralismo é inevitável. O que não é contraditório com a gente lutar apara um partido hegemônico e ser a direção da classe. Você não pode negar o direito de um cara organizar outra central, pô. Agora, são entidades que se filiam. Você obriga a entidade a virar uma tendência política para ter lugar no Congresso superior, no atual critério.

LUIZ GUSHIKEN- Deixa eu fazer uma pergunta para ver o desdobramento dessa discussão nossa aqui.

A CUT permite que no decorrer do processo para o Congresso, após a inscrição das teses, um afunilamento, um acordo, uma discussão sobre emendas em conjunto, que refaz as teses?

GILMAR CARNEIRO- Permite, inclusive por encaminhamento quase unânime na reunião da direção ampliada, que várias teses se unifiquem numa tese, e pode ser apresentada no Congresso.

LUIZ GUSHIKEN- Esse afunilamento é estimulado?

As teses estão registradas. Digamos que tem uma proposição que conflite com várias teses, mas há um consenso de todas as tendências, que acordaram num ponto apesar de conflitar com a tese original. Então é possível esse mecanismo?

GILMAR CARNEIRO- É. Vai sair como uma orientação da preparação do Congresso.

JULIO TURRA- Tem que passar por alguma assembléia ou Congresso.

GILMAR CARNEIRO- Sim. E as diretorias também que subscrevem a tese. É flexível e é estimulado nesse sentido.

LUIZ GUSHIKEN- Eu sugiro que até o final da reunião, vocês considerem essa oportunidade de colocar elementos de convergência para que a gente possa dar prosseguimento a discussões desse tipo, com altas direções, que determinam, em parte, os rumos do movimento.

GILMAR CARNEIRO- Eu acho que existe uma premissa que a gente precisa clarear no debate teórico, tanto do Partido como da Central, que na minha avaliação está sendo escamoteada, que é o conceito de unidade.

O que é que leva uma parcela do movimento social a se aglutinar ou a se desagregar conforme o reflexo da conjuntura? Acho que a gente tem que amadurecer, na Central e no Partido, qual é a nossa unidade estratégica. Qual é o conceito de democracia e de socialismo. E a democracia aqui definida como um objetivo para se viabilizar o socialismo. O segundo objetivo é a questão da unidade de ação. Como é que se combina a defesa dos interesses dos trabalhadores com a prática democrática, para evitar o oportunismo e o golpismo, que é uma coisa muito comum entre muitas tendências da esquerda? E para você ter a discussão da pluralidade, da proporcionalidade, da fraternidade, da relação respeitosa, essa questão da unidade de ação tem que estar combinada com unidade estratégica, que é escamoteada na maioria das vezes no debate. Como é que se combina as questões específicas e principalmente as questões gerais da sociedade na prática da cidadania. Porque a Central, por

natureza, não se restringe ao sindicalismo, a ser sindicalista. Ela obriga o trabalhador a avançar na consciência de classe, na prática da cidadania. Não há nada mais irresponsável como a forma desrespeitosa para com a população, como a relação do Sindicato dos Condutores de São Paulo (que é da CUT e onde a maioria dos diretores é do PT) com a Prefeitura de São Paulo, que é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores, e até com a própria CUT, quando faz um cartaz baixaria e bota que é da CUT, e a forma como se relaciona com o usuário do transporte que é 90% de trabalhadores, que é a razão de ser do Partido e da Central. Por isso é que o debate da cidadania é estratégico para a Central e para o Partido. Ou resolve esse dilema ou ambos irão para o gueto.

Está garantido no estatuto da CUT a prática da proporcionalidade para as instâncias da Central, horizontal e vertical. Não há nenhuma tese que proponha a extinção da proporcionalidade. Essa nova nomenclatura de direção colegiada também já existe dentro da CUT. Os bancários de São Paulo praticam a direção colegiada desde 1979, quando nós retomamos o Sindicato da mão dos pelegos.

Esse discurso do Julinho que participar de um Congresso por tese para ir para o Congresso Nacional, do Congresso Estadual, dizer que isso é partidário, é escamotear um debate. Então, para que é que tem tese? Historicamente na CUT é eleito delegado na assembléia de base pela tese. Não existe delegado autônomo.

Tem 16 teses, e se estimula até que haja composição de teses para que haja uma politização maior dos trabalhadores valorizando o conceito de maioria e de minoria. O trabalhador eleito na assembléia vai para o Congresso Estadual em cima de uma tese, No Congresso Estadual, ou na própria assembléia de base, essas teses podem ser compostas para garantir que tenha 10%, ou 20%, ou no sentido de objetivo estratégico no Congresso.

Nós estamos concordando plenamente com os companheiros da Vertente e da Nova Esquerda de que haja uma discussão dentro do PT para buscar uma tese petista para o 4º CONCUT, porque nós achamos que a confrontação, 16 tendências do PT em relação a 5, 6 partidos inclusive com alto centralismo democrático como é o PC do B, o PT será prejudicado comparativamente. Se o PT não unificar as suas tendências internas, o 4º CONCUT tende a ser uma grande vitória para o PC do B, porque ele entra com 8% e pode sair com uma participação na direção de 15 ou 20%.

Sobre a questão das greves gerais e da negociação. Eu realmente coloquei para a "Folha de São Paulo" que sou defensor radical do entendimento. E para mim o entendimento, a negociação, hoje tem um valor estratégico, como é o valor estratégico da democracia.

Se a CUT dialoga com a sociedade inteira, quando ela dá uma entrevista para a televisão, para o rádio, para um jornal, quem lê é toda a população, trabalhadores e não trabalhadores, e ela é porta-voz, portanto, de um projeto político, um projeto socialista. O diálogo, a flexibilidade, a tolerância, não é um defeito, é uma virtude, não é a mesma coisa que abrir mão de princípios. E a CUT, nem nós, nem eu, nem o Jair, nunca demos declaração abrindo mão dos princípios.

E foi graças às resoluções do 5º Encontro Nacional que o PT cresceu muito, ganhando muitas prefeituras, fazendo coligações do ponto de vista da classe, como também, pela primeira vez na história do Brasil, ameaçou a burguesia com um operário quase chegando à Presidência da República.

Essa discussão de tática e de estratégia não está amadurecida dentro da CUT e muitas vezes é feita de forma oportunista e até mau-caráter

LUIZ GUSHIKEN - Gostaria de lembrar a vocês que, havendo possibilidade nos critérios da CUT de acordo consensual entre diversas correntes, vocês tinham que discutir a possibilidade de novas conversações entre as tendências do PT com vistas à unidade naquilo que é possível.

GILMAR CARNEIRO - Só para esclarecer, Gushi. A nível do Partido a gente pode pensar o seguinte: definir os pontos estratégicos para o Partido em relação ao 4º Congresso e aí buscar desenvolver uma unidade progressiva em relação a esses pontos estratégicos. Porque talvez os maiores pontos de confrontação dentro do debate político podem ser muito mais debates táticos das tendências do que um debate estratégico sobre a Central. Se a gente trabalhar nessa perspectiva acho que fica mais fácil uma unidade petista para o 4º Congresso.

CÉLIA REGINA - Eu queria falar sobre essa questão que o Gushiken está colocando. Nós da Convergência sempre discutimos que era uma coisa errada isso de a gente ter uma tese-guia no Congresso. Empobrece a discussão. A partir do momento que tem essa preocupação de, entre os petistas, conseguir chegar naquilo que é ponto de convergência para que a gente atue no Congresso da CUT, acho que é o momento da gente levantar questão quanto à forma de trabalhar no Congresso em relação às teses. Eu não sei se a gente consegue ter uma tese única...A gente pode, por exemplo, propor ao Congresso que se discuta em torno de temas, e em torno desses temas a gente vai avaliando e vai buscando ter pontos comuns a nível dos petistas. Acho que isso é muito mais rico, tira uma camisa de força que acontece nos congressos.

LUIZ GUSHIKEN - De qualquer maneira, ao você pontuar, digamos, discutir a questão da conjuntura, inevitavelmente vai ter disputa. Não dá para sair das teses, ou dá?

CÉLIA REGINA- Não é o problema de sair das teses. É ver que todo o Congresso discuta em torno de uma tese e passa a emendá-la. A questão é que nós podemos fazer a nível de PT a discussão em torno de um determinado tema, e chegarmos a uma posição. Pode ser que tenha temas em que cheguemos a acordo e pode ter outros temas, nos quais não tenhamos acordo, e aparecem diferentes propostas, e isso enriquece, enriquece a nível da CUT e particularmente entre nós.

Queria colocar sobre algumas questões do companheiro Toninho, para iniciar. E que tem a ver a discussão de conjunto, tem a ver com o problema da democracia. Eu acho que não se restringe à discussão de democracia no interior da Central, nos pontos concretos que se materializam no estatuto. O problema da proporcionalidade, tenho acordo. Como o Julinho disse, em relação às assembleias, de fato há uma distorção aí no problema da autonomia dos sindicatos, em como realizam o processo, sobre a proporcionalidade nas assembleias. Mas acho que essa discussão da democracia vai mais além do que a discussão dentro da CUT. Ela é em relação aos sindicatos de conjunto. E nisso nós temos coisas a assumir como autocrítica, não há a menor dúvida.

Acho que os sindicatos dirigidos por nossa corrente têm uma trajetória de democracia em relação a vários outros sindicatos cutistas, que dizem ser bem mais democráticos. Agora, temos muito o que reavaliar e fazer autocrítica.

Quem manda nos sindicatos? Acho que nós temos uma estrutura de funcionamento onde quem manda nos sindicatos são as diretorias. Eu acho que nisso a gente tem que aprofundar bastante e tem que seguir no sentido de criar os mecanismos para a base participar, que signifique a própria concepção de sindicato como organismo de frente única, onde quem manda é a base; que a base decida. E eu reivindico que sindicatos em que nós temos participação na diretoria são bem mais democráticos que muitos de dentro da própria CUT.

Em relação ao problema do movimentismo que o companheiro colocava. Aqui tem uma discussão importante porque o que nós temos visto é que os trabalhadores vêm lutando cada vez mais, prosseguem na sua linha de ascenso, empurrados cada vez mais pela própria situação de miséria que aumenta. Agora, passa a ser um elemento objetivo na correlação de forças o problema da direção. Ano passado nós tínhamos condições de ter realizado, naquela época, a greve geral. Se ela tivesse sido realizada, certamente o destino de muitas greves e próprio destino do Plano Collor I teria sido outro. Não há uma discussão de movimentismo, de ver apenas o ascenso, de ver apenas o ponto de vista dos trabalhadores, das suas necessidades e das lutas que estão ocorrendo. Mas como ficam os trabalhadores a partir momento em que ficam sem direção para as suas lutas? Acho que isso ocorreu ano passado.

JURANDIR DAMIN- Acho que tem um ponto central que tensiona as relações dentro da CUT que é esse problema da democracia. Acho que esse tema, por si só, já demandaria um debate.

Se nós partirmos do pressuposto de que nenhum de nós é dono da verdade e que todos têm uma contribuição para dar nesse processo de construção da Central, na construção do Partido, na construção de uma alternativa para os trabalhadores, nós temos que conceber esse processo todo no sentido de que haja representação das opiniões que se manifestem internamente dentro da CUT.

Não pode ser também uma Central só das tendências. Tem que ser uma Central dos trabalhadores. Eu acho que essa questão da tirada dos delegados para o Congresso no Congresso Estadual é evidente que vai sair só representação das tendências.

Se nós compreendemos que é uma multiplicidade de sujeitos sociais que propiciam a transformação social, nós temos que ter uma Central que saiba também negociar. Uma Central de luta, de mobilização e de negociação. Entram as instituições também do movimento, porque o movimento não é só a CUT, mas tem vários setores que também agem dentro do movimento.

Eu estou de acordo com essa questão da cidadania. Acho que é uma questão fundamental e que as teses não abordam muito. Eu acho que com uma grande parcela de trabalhadores no Brasil que está fora, fora da sociedade, fora do mundo para bem dizer. Sem a gente guindar esse conjunto de cidadãos que possam reivindicar, que possam pressionar os governos, que possam participar como agentes de transformação, vai ser difícil. Esses são aqueles que votam no Maluf, que votaram no Collor.

E eu acho que tem uma questão também importante que é o problema da ética. O problema da ética não é só falação, não é só falar, dizer que nós somos favoráveis. Isso só se prova na prática e na vivência, no cotidiano das relações entre as várias posições. Como na prática tem sido o nosso relacionamento com essas posições, com essas opiniões? Como é que nós tratamos essas divergências? E aí eu acho que nós precisamos avançar muito nessa questão ética do tratamento entre os indivíduos, entre as pessoas e o respeito às opiniões. Por isso, nessa questão da possibilidade de se construir uma tese, sendo uma tese dos petistas para o Congresso, eu acho que nós temos que aprofundar o debate.

Essa iniciativa de fazer debates de secretarias a nível de estado, eu acho que tem sido positiva. Lá no Rio Grande do Sul nós tivemos 3 debates. Eu acho que é positivo porque distensiona. Eu acho que a gente tem que aprofundar esse processo na perspectiva, inclusive, de trabalhar alguns pontos de uma tese petista para apresentar para o Congresso.

Agora, tem que ter muito cuidado nesse processo para não sufocar aquelas posições minoritárias, no

sentido de haver votações...eu acho que tem de ser um processo construído na base do diálogo, na base da comunicação, na base do debate.

PEDRO ALVARENGA- Eu queria pegar primeiro essa questão da regra central da disputa das idéias, colocada pelo Gushiken, da crítica e do elogio.

Eu entendo que o calor da luta de classes, à medida que vai aguçando, vai produzindo muito essa tensão. Eu acho que nós temos de despersonalizar, ou tirar de qualquer posição...que ela tenha o poder de definir o campo de debate, o campo dessas aproximações ou não. No caso da democracia na CUT, por exemplo, eu acho que não é possível falarmos que a proporcionalidade existe na CUT. Existe até certo ponto, porque a idéia de proporcionalidade para nós não pode ser apenas algumas instâncias a cumprirem. É uma concepção de construção da democracia que tem perpassar uma estrutura de alto a baixo, que estamos a construir. Então, parar no meio e deixar que uma tendência defina, como foi o caso "Durval viajou para a China". Mas quem definiu que ele viaja para a China? Quem tem o poder de deliberar que ele vai para a China ou para outro lugar? Quem define essa política? É o coletivo ou é apenas um tendência? Então eu acho que a democracia tem que ser muito mais radicalizada. Na medida em que esse poder se coloca de uma forma diferenciada, ele permite também que haja possibilidade de se ultrapassar a barreira do diálogo, em momentos de maior atrito. Por exemplo, eu acho que no momento do debate do entendimento nacional houve bastante isso. Acho que o PT pode construir uma unidade programática em relação às suas tendências e partir para a luta sindical, se possível entendendo como democrático e não como quebra da unidade partidária que uma ou mais correntes internas do Partido saiam em chapas diferenciadas. Porque, vejam só, nós precisamos fugir daquela prática construída de correia de transmissão. O Partido define e todo mundo tem que seguir, independentemente do grau de diferenciação. Porque eu acho que o sindicato dada a sua diversidade política, ideológica, pela sua característica política própria, não exige uma unidade programática e estratégica de tão alto grau. Já o Partido, não. O Partido tem que ter uma unidade interna.

Na minha visão, pelo menos, estamos a construir algo muito mais profundo, que ultrapassa o 4º CONCURTO, que é a produção de uma cultura nova, em construção, no seio do movimento operário. Portanto, não acho que é diante do perigo do PC do B que nós devemos nos ajuntar. Acho que devemos construir uma unidade porque o Partido dos Trabalhadores tem uma política para a sociedade, que os seus militantes levam. No movimento sindical, o grau de dispersão, e a separação que há entre as várias visões de como encaminhar a política petista está causando problemas para o próprio Partido, sobre o que ele defende afinal de contas. Que tipo de democracia? Que tipo de estrutura ele propõe? Nós propomos uma idéia de CUT. No entanto, paralela a essa estrutura, criam-se federações. Essa é a nossa política? Se utiliza ainda o imposto sindical. Em que pesem experiências isoladas os sindicatos têm uma estrutura ainda nos moldes celetistas. E o papel do PT, unificando uma política para os petistas defenderem no movimento não está dado, nesse sentido de alterar de vez essa estrutura que está presente aí. Com isso, parece-me que a evolução da CUT no último período sofreu, senão um revés, uma lentidão no seu processo de construção, de superação da estrutura sindical celetista.

Parece-me que o ponto levantado pelo Toninho, de divergência com a CUT pela Base sobre Central Sindical de Trabalhadores e Central dos Trabalhadores, não é bem isso a polêmica. No estágio de construção da CUT, naquele momento, no 3º CONCURTO, tinha a ver muito com a questão das oposições, o trabalho das oposições, etc. Porque as oposições, muitas não têm condições, muitas vezes, num sindicato celetista, de filiar a sua base. Então têm uma representatividade significativa. E era preciso considerar isso aí.

A questão do diálogo com a sociedade. É absolutamente fundamental para a CUT se colocar como uma força política que tem uma proposta e ela apresenta à sociedade. A avaliação mesma da Articulação Sindical é que teve erro no processo. Houve problemas. O Jair foi, não a forum próprio, mas foi à imprensa falar que "esquecemos da mobilização". Não sei se ele confirma, mas saiu na "Folha". Houve um privilegiamento de que o diálogo se dava via mídia. Nenhum dos objetivos a que se propôs se colocou efetivamente. O método adotado para tirar um posição tão polêmica como aquela., não foi uma consulta ampla. Foi aprovada num Executiva de 15 com uma maioria muito restrita, num tema absolutamente fundamental. A falta de sensibilidade no momento era um negócio grave. E a reversão foi muito difícil. A reversão daquela política naquele momento se deu por um fato irrecusável, insofismável, de que ela não tinha como seguir avante. Ela não foi uma proposta que vingou, que se mostrou correta.

ANTÔNIO CARLOS -Querida fazer um destaque na diferença qualitativa de encaminhamento tomado pela Executiva da CUT no ano passado durante o episódio da negociação e o que estamos vivendo agora, companheiro Gilmar Carneiro. Nós tiramos um plano de lutas naquela Plenária de dezembro; trabalhamos o 15 de março com 3 meses de antecedência. Fizemos mobilizações de massa no dia 15 de março, contra Collor de Mello, numa postura oposicionista, de ofensiva, de denúncia dos resultados desse governo e de seus projetos. Ato contínuo, programamos o 1º de maio. Isso não quer dizer que não se tenha problemas, que vai tudo às mil maravilhas. E chegamos agora ao Forum Nacional para cima, confiantes de que é possível colocar os trabalhadores no centro da luta, da conjuntura. Então é

diferente. Realmente, no 2º semestre do ano passado a leitura daquela realidade levou os companheiros da Articulação a meter o pé no freio, a segurar, porque estavam com aquela concepção de que não dava para avançar. A história está deixando as coisas claras.

Agora, quero fazer um registro final. A CUT, na sua trajetória, após as definições importantes do 3º CONCURTO, tem sido das experiências mais revolucionárias, inovadoras, que os sindicatos do nosso país construíram ao longo de sua história neste século. A CUT teve uma melhoria da performance da administração de seu patrimônio, de suas finanças, de implantação a nível nacional e uma presença constante nas greves.

Considero muito produtiva a criação da Corrente Sindical Classista e dos companheiros da Unidade Sindical dentro da nossa concepção de uma Central Única dos Trabalhadores. E, no âmbito interno da CUT, eu considero de boa qualidade as atitudes da Secretaria de Formação Sindical, dirigida pelo companheiro Jorge Lorenzetti e seus assessores. Tem tido programas de boa qualidade, boas publicações.

Acho que há problemas sérios no interior da Central, como a compartimentação de seus departamentos. Esse é um problema sério de democracia, do funcionamento, dos feudos dentro da Central. Nós estamos aqui num clima muito bom para debater essas coisas. O distencionamento pode ser percebido através desse debate, para colocarmos, cara a cara, as nossas divergências.

LUIZ GUSHIKEN- Vou tentar amarrar algumas coisas. Duas questões principais foram levantadas. A primeira diz respeito à unificação do Partido nesse CONCURTO. Como Secretário Sindical, eu acho que não é possível realizar essa unificação. A não ser que fosse uma medida do tipo autoritário, administrativa portanto, que seria possível através do chamado Encontro de Sindicalistas, que eu fui contra desde início e por isso demorou 3 meses para a gente conseguir detonar esse processo. Mas acho possível um esforço para tentar unificar aquilo que é possível. Vamos fazer um esforço.

No que diz respeito à questão da solidariedade, tal como expus, tem um componente que o companheiro Pedro acha que está errado, que tem que despersonalizar. E o Julinho acha que tem outro problema, que é a base material. Eu quero chamar a atenção para o seguinte fato: é verdade que em algumas questões despersonalizar, entendida essa formulação como não ter o indivíduo nas relações de âmbito psicológico como centro, é necessário. Só que jamais vamos conseguir eliminar totalmente nas relações entre indivíduos o componente psicológico que existe, jamais! E digo mais ainda: a base material, tal como você formulou, Julinho, é o elemento diferencial nas relações humanas. Esse é o problema! Todas as pessoas têm uma diferença no mundo material, na relação com as coisas. Em maior ou menor grau, mas todo mundo tem. O mundo objetivo diferencia as pessoas. Agora, veja só, como é que vamos trabalhar as relações entre as pessoas num mundo onde a divergência é natural - divergência que nós dizemos que é material - se não há uma predisposição para viabilizar uma palavra que é dita em todos os textos da CUT e do PT, que tem esse componente de personalização, que é a atitude solidária? Não ser sectário, ser tolerante. Essas palavras denotam significações no campo do valor psicológico, não no campo do mundo objetivo. Ou nós resolvemos isto ou não tem jeito. Vocês sabem perfeitamente que na vida familiar, conjugal, partidária, essa questão tem peso na vida humana. Trata-se de saber se nós vamos ter coragem para assumir que esse elemento tem uma determinação também, um certo peso, não grande talvez, mas tem. Eu insisto em dizer: acho que uma relação solidária é condicional a duas coisas: ao exercício da crítica e do elogio. Se não tem a crítica, há só o "puxa-saco". Se só critica, ninguém confia, cria relação de desconfiança e que não se dá valor aos atributos da pessoa. E vou mais além ainda: acho que esse exercício deve obedecer à implacabilidade. As pessoas têm que ser implacáveis. Mas não basta, tem que ser tolerantes. Se não tivermos clareza dessas coisas nas relações humanas, que vocês têm na vida conjugal, na vida grupal, aplicada à política maior, uma organização coletiva mais ampla, podemos até ter consenso em grandes questões do mundo objetivo, mas não vamos castrar o demônio que faz parte da gente. Não vamos conseguir sufocar o demônio. A gente sabe o que significa deixar que os demônios nossos tenham prevalência nas relações humanas.

Eu acho que há hoje no mundo sindical petista um exacerbamento, um exagero, na maneira como se faz as relações políticas. O fato de existir a palavra aqui "distencionamento" mostra que estava tenso. Então dá para distensionar. Insisto que, ainda que isto tenha um peso relativamente menor do que outras questões que merecem ser vistas de maneira despersonalizada, acho que isso também deve ser visto por nós, dado o grau de conflito que a gente está vivendo hoje no Partido.

Chamando a atenção para a proposta do companheiro Chagas, de um encontro petista. Precisa saber que encontro é esse. Entre nós é fácil aceitar o debate, a polêmica. Na base o nível de beligerância é muito mais elevado. Então, se juntar um Encontro de Sindicalistas, sem que haja uma preparação prévia das lideranças, saber o que a gente quer, aquilo vai virar um campo de batalha. E vai ser pior.

